

A vibrant tropical beach scene under a clear blue sky. In the foreground, several large, cylindrical bundles of dried palm fronds are stacked on the sandy shore. To the right, tall palm trees with lush green fronds stand prominently. The middle ground shows a sandy beach leading to a calm body of water where several small wooden boats are moored. The background features a dense line of tropical vegetation and more palm trees. The entire image is overlaid with several thick, curved lines in yellow, red, and green, framing the central text.

PROTOCOLO
DE CONSULTA
TERRITÓRIO
QUILOMBOLA
BREJÃO DOS NEGROS



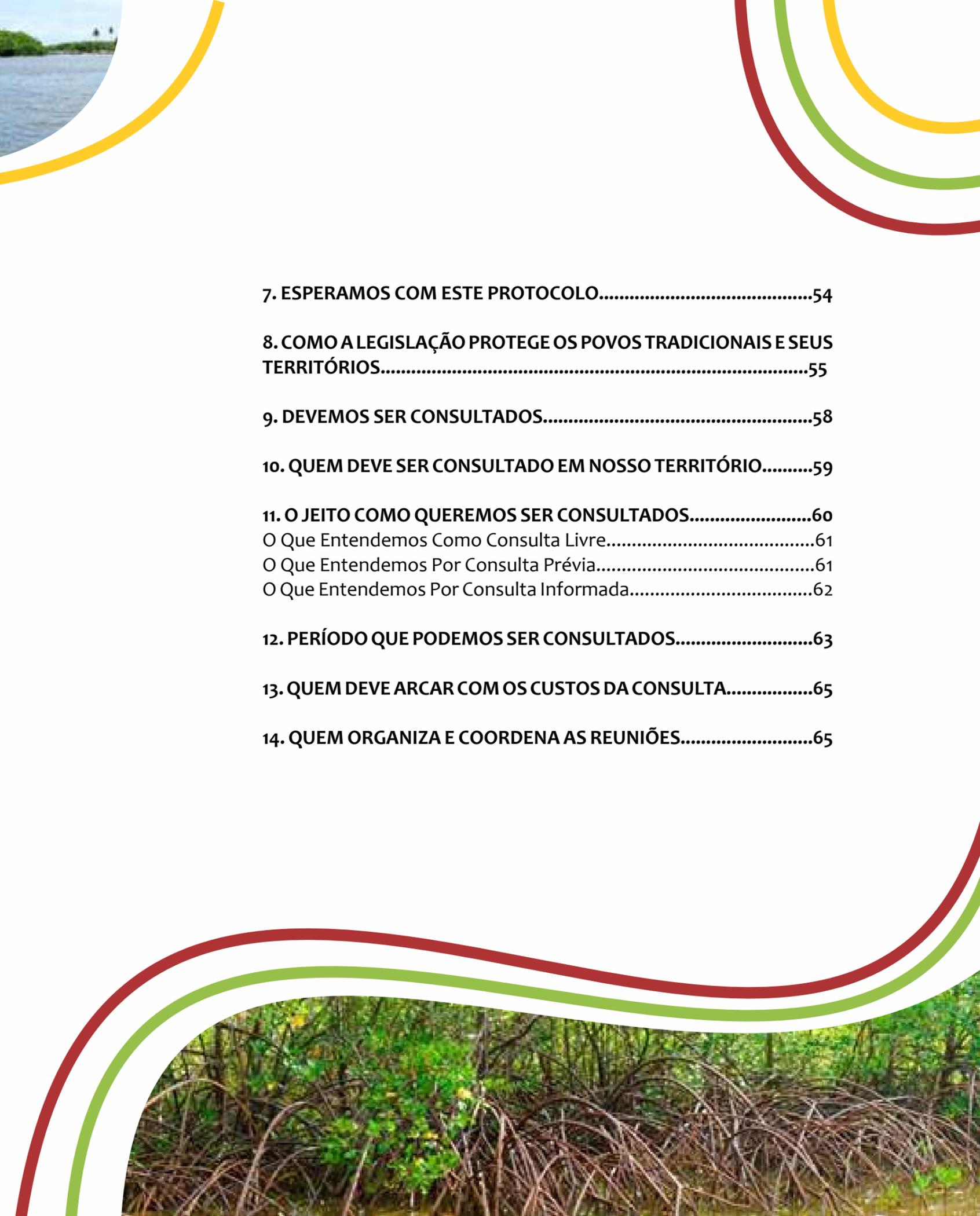
**Ser Quilombola é ser uma mulher preta porque minha mãe foi,
minha avó foi, meus ancestrais foram.**

(Pastora, Território Quilombola Brejão dos Negros)



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	04	7. ESPERAMOS COM ESTE PROTOCOLO.....	54
2. SOMOS QUILOMBOLAS, TEMOS HISTÓRIA DE CATIVO E ANCESTRALIDADE.....	06	8. COMO A LEGISLAÇÃO PROTEGE OS POVOS TRADICIONAIS E SEUS TERRITÓRIOS.....	55
Nossas Tradições.....	12	9. DEVEMOS SER CONSULTADOS.....	58
O Candomblé, a Umbanda e os Caboclos.....	13	10. QUEM DEVE SER CONSULTADO EM NOSSO TERRITÓRIO.....	59
A Cultura do Maracatu.....	16	11. O JEITO COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS.....	60
A Arte por Mãos de Mulheres.....	18	O Que Entendemos Como Consulta Livre.....	61
3. NOSSO BEM VIVER, HISTÓRIA DE LUTA E LIBERTAÇÃO.....	20	O Que Entendemos Por Consulta Prévia.....	61
4. PRINCÍPIOS DO NOSSO BEM VIVER.....	28	O Que Entendemos Por Consulta Informada.....	62
5. NOSSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO.....	30	12. PERÍODO QUE PODEMOS SER CONSULTADOS.....	63
Nossas Associações: instrumento de organização.....	30	13. QUEM DEVE ARCAR COM OS CUSTOS DA CONSULTA.....	65
Nosso Coletivo de Juventude.....	32	14. QUEM ORGANIZA E COORDENA AS REUNIÕES.....	65
Nosso Coletivo de Crianças.....	33		
Nossos Anciões.....	36		
6. NOSSO TERRITÓRIO.....	38		
Nosso Mapa.....	42		
Grandes Ameaças ao Território.....	44		
O Problema da Falta de Titulação.....	44		
As Mudanças Climáticas.....	45		
A Especulação Imobiliária.....	46		
As Hidrelétricas Espalhadas pelo Velho Chico.....	47		
O Avanço do Hidroagronegócio: os Tanques de Carcinicultura.....	48		
Exploração de Petróleo e Gás no entorno do Velho Chico.....	50		
O Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte de Sergipe (ZEE-LN/SE).....	52		



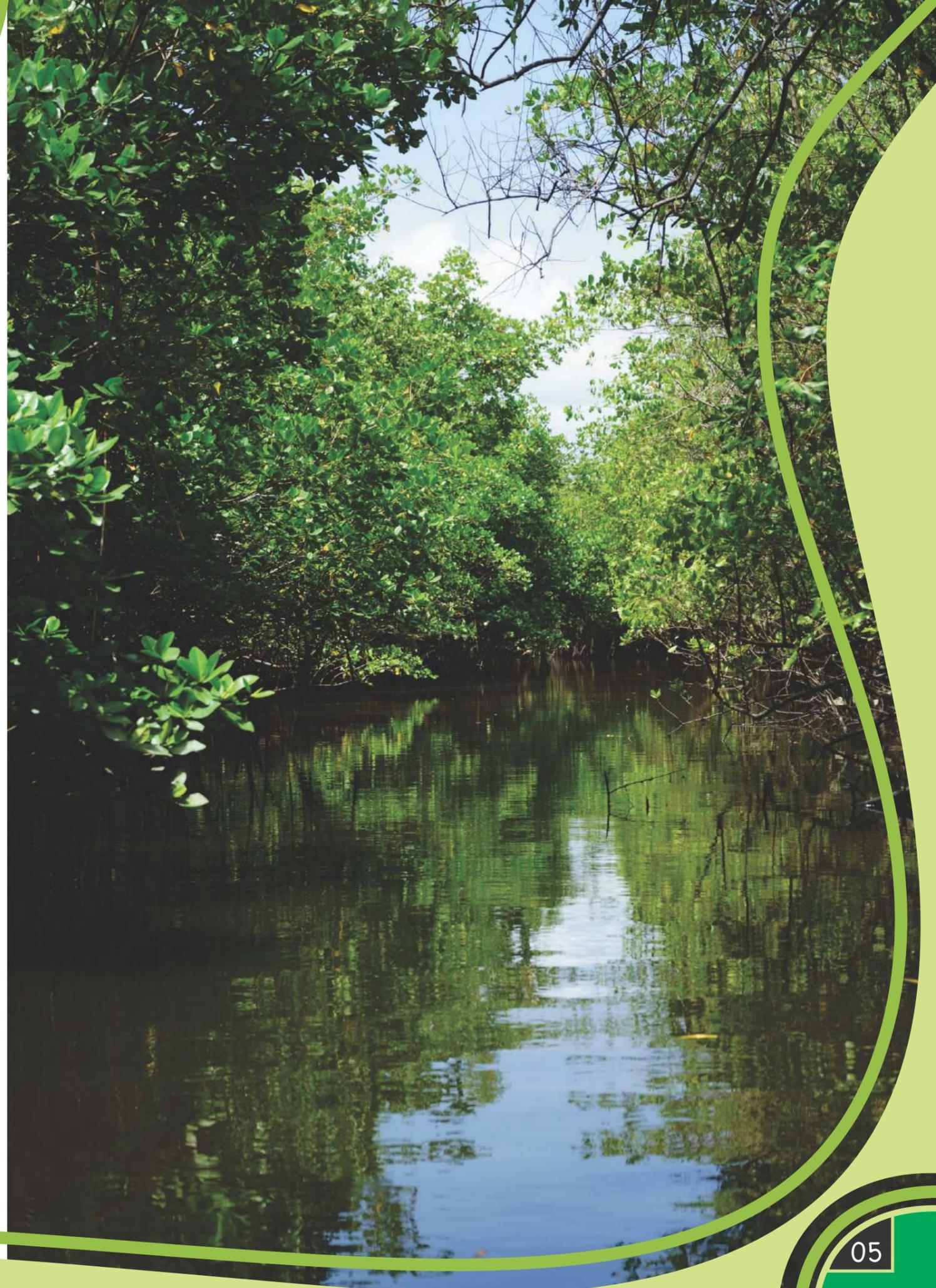
1. APRESENTAÇÃO

Nós, do Território Quilombola Brejão dos Negros, apresentamos o presente PROTOCOLO DE CONSULTA, como Instrumento de Defesa do Território, conforme estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trazemos as vozes de nossas comunidades, experiências, fotografias, mapas e iconografias que tornam viva nossa história, nossa identidade, nosso território, nosso modo de viver e nosso esforço de garantir direitos constitucionais.

As regras estabelecidas, neste documento, para garantir a **consulta e o consentimento livre, prévio, informado e de boa fé** devem ser levadas em consideração por qualquer plano público ou privado que venha interferir em nosso território. Não podemos mais continuar sem que nosso território esteja livre de todo e qualquer impacto que comprometa a nós e a natureza.

Como Quilombolas e guardiões deste território, temos a responsabilidade de observar e avaliar bem toda ação que venha interferir em nosso lugar. O protocolo de consulta significa para nós um esforço para que o Estado leve em consideração nossa identidade e nosso território. É obrigação dele cumprir e fazer cumprir a legislação que respeite a nossa existência e garanta a manutenção de todos os ecossistemas. O Quilombo é um lugar de vida, hoje, amanhã e sempre.

A Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Brejão dos Negros, denominada Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros, representa legalmente o Território, que acolhe as Comunidades Quilombolas autoidentificadas de Resina, Carapitanga, Santa Cruz, Brejão dos Negros e Brejo Grande. Defendemos, através deste Protocolo, uma natureza saudável, um território sustentável e um Quilombo livre da discriminação, do racismo e do passado escravista. Queremos um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de nos envolver em tudo. Essa é a dívida histórica que o Estado brasileiro tem com o povo preto da Foz do Rio São Francisco.



2. SOMOS QUILOMBOLAS, TEMOS HISTÓRIA DE CATIVO E ANCESTRALIDADE



Assembleia Geral realizada pelas Comunidades Quilombolas
na construção do protocolo de consulta

Apresento a comunidade Brejo Grande
O município de nossa gente
Conhecido pela cocada e o arroz
Com encantador Porto do Mangabeira
Onde o Axé Afro abraça nossa cultura
Onde os meninos fazem roda de capoeira
Diga oi à Comunidade de Santa Cruz
Onde o Quilombatuque faz o eco
O grupo Dança Aiê faz o povo se mexer
Os pequenos do Kêkere wá com o teatro a valorizar
Ainda tem a macaxeira e a mandioca para uma farinhazinha
E quando o sono bater tem esteira pra uma chociladinha

Ainda temos a Resina
A comunidade Pesqueira
Onde o Velho Chico faz o turismo
Onde o sirí é pego na pituqueira
É o lugar do maxixe e do arroz também
Lá camarão no covo, peixe no puçá também tem

E vocês já viram a Carapitanga?
Tem coco verde pego na pêia
Tem um caranguejo guaiamum, o sá...
É cheio de mulher marisqueira
Tem artesanato de palha
Ainda tem a tarrafa da população pesqueira

Tudo isso é nosso território
O Quilombo Brejão dos Negros
Lugar de gente guerreira, de gente parceira
De um povo da terra, que come dela
Agradecendo ao céu e se banhando no mar
É um povo de pele preta com beleza destacar

(Keylanne Bispo Alves - Jovem Quilombola de Brejão dos Negros)

Somos o Território Quilombola de Brejão dos Negros, composto por cinco Comunidades que se autorreconhecem como Quilombolas: Comunidade Resina, Comunidade Santa Cruz, Comunidade Brejão dos Negros, Comunidade Carapitanga e Comunidade Brejo Grande. O nosso ancião Chico Rosa da comunidade de Resina, que já se ancestralizou, dizia que o povo que morava nesse lugar eram todos cativos dos fazendeiros. Ele contou, e está registrado na cartografia de Resina publicada em 2009, que eles trabalhavam em alqueires de arroz, os posseiros lucravam tipo 32 salamí (equivalente a 240 kg de arroz) e “não tínhamos direito a nada”.

Manoel Santana, outro ancião que também se ancestralizou, confirmava a história de que eram escravos alforriados, trabalhadores cativos das fazendas. O Povo trabalhava aqui em roças dos posseiros, na pesca artesanal no rio, no mar, nos mangues e lagoas marginais, mas, nossa liberdade era limitada. Tinha mata burro e porteira pra todo lado, éramos presos em nosso próprio território, os fazendeiros nos impediam de ser livres em nossa própria casa.

Dona Marilia, anciã
da Comunidade
Resina/ Território
Quilombola Brejão
dos Negros



Vocês sabem como era trabalhar de meia para os fazendeiros? Meia de 2 salamí, a gente tem um e eles tem o outro. Se for três, eles têm dois e nós temos um. Mas, eu quero contar pra vocês o que eu sofri. Então, aqueles três e um, aquele da gente, era pra nós todos pagar todas as despesas que nós fazia do nosso punho. Então, no final do ano, nós não tinha nada que a gente recebesse de lucro, era só trabalho. Quando o arroz madurecia que nós ia voltar, ele não deixava a gente levar uma bolsa de arroz pra casa pra comer com a família. E nós se revoltava, mas não podia fazer nada, porque era aquele lugar que nós podia tá morando. Nós tinha medo de sair dali, era onde tinha o trabalho, assim mermo pinguino, mas nós tinha que tá ali. Aí nós vivia assim como sapo no pé do boi, gente. Olha o sofrimento!
(Dona Marilia, anciã da Comunidade Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

Somos Quilombolas, também, porque descendemos dos negros vindo escravizados da África. Depois de mais de 300 anos de invisibilidade, a luta nos permitiu resgatar nossa origem, reconhecer na história nossos antepassados e lembrar que muitos dos nossos também eram indígenas, que já viviam neste lugar e foram expulsos, escravizados ou mesmo dizimados. Parte de nosso povo sabe contar alguma história onde a avó ou bisavó foram pegas a dente de cachorro.

Eu me chamo Celsa de Souza e tenho 50 anos. Eu nasci na Fazenda Funil, aqui dentro desse território, mas me criei aqui na Carapitanga. Vim pra aqui tem 35 anos e não saí mais. Rapaz, meus avós são índios, é mestiço. A minha bisavó era índia pegada a dente de cachorro no mato. Aí tem a minha avó, a mãe de minha mãe, aí meu bisavô ameaçou ela e casou, aí saiu mestiço de índio. Me lembro da minha avó e da minha bisavó, Dalva de Souza.

(Celsa de Souza, anciã da Comunidade Carapitanga /Território Quilombola Brejão dos Negros)



Então, ser quilombola hoje é se lembrar do tempo da escravidão. Lembramos que temos ancestrais de raiz indígena, que aqui já estavam, e negra que vieram violentados da Mãe África. E o colonizador nos manteve cativos. Mas, essa mesma história nos faz lembrar que nossos antepassados lutaram e resistiram para dar vida ao que somos hoje. Despertar para nossa verdadeira identidade é despertar para garantir o direito de viver livremente em nosso território, do nosso jeito.

Toda essa região de Brejo Grande, Neópolis e entorno era cheio de usinas e Brejão dos Negros era lugar ematado (cheia de floresta), com vegetação densa, manguezais, lagoas marginais, ilhotas, ciribeira e patioba. O lugar adequado para acolher negros fugidos. Antigamente, aqui se chamava Refúgio dos Negros.

As relações de trabalho também não eram fáceis, mesmo depois que os posseiros mais antigos foram morrendo, a situação continuou a mesma. Não éramos mais escravos, como aqueles de senzala, presos, acorrentados.

As correntes agora eram invisíveis, vivíamos como cativos submetidos aos fazendeiros. Os quilombolas tinham que trabalhar como diaristas ou meeiros nas fazendas, recolhendo e descascando coco, produzindo salina, plantando cana de açúcar, algodão, arroz, coqueiro, pescando na base dos dez por um.



Nossas Tradições

Cruzeiro da
Comunidade
Santa Cruz –
Território
Quilombola
Brejão dos
Negros



As Comunidades de Brejão dos Negros sempre foram muito religiosas, com a marca forte do catolicismo presente, desde os tempos coloniais. A forte devoção se expressa nas festas de padroeiros, como a devoção ao Santo São José, período de plantio do milho, que se iniciava na quinta-feira santa, véspera da Sexta-Feira da Paixão, para ter uma boa colheita. Ou ainda a festa de São João Batista da Praúna, que por conta dos alagamentos de junho, acontece agora em agosto.

Conta-se que, desde o tempo da escravidão, se cultuava a Santa Cruz. Em sua homenagem demos o mesmo nome a nossa Associação, já que ela era a padroeira do Brejão dos Negros, depois passou a ser Nossa Senhora do Patrocínio. Também tinha os festejos de Nossa Senhora do Bom Parto, porque se dava muita importância para as parteiras que tinham nesta época em que os partos eram realizados pelas mulheres. Uma parteira da gente era Mãe Neguinha que fazia muita promessa para a criança nascer sadia e a mãe ficar com saúde.

*A Igreja do Brejão
a gente fez foi levando
pedra na cabeça, minha fia.
A gente carregou as pedras
do cais do porto pra lá.
Vinha do Cajuhípe no barco,
a gente carregava e depois
deixava ali no mercado (...)*
**(Dona Maria da Conceição
Bispo, anciã da
Comunidade Santa Cruz /
Território Quilombola
Brejão dos Negros)**

O Candomblé, a Umbanda e os Caboclos



Terreiro de
Umbanda
Centro Afro São
João Batista,
Comunidade
Santa Cruz

Muitas pessoas de Brejão quando chegava em um lugar longe (...) se perguntasse - "de onde você é?"; "Brejão dos Negros". Aí dizia: "Vixi Maria! Lugar de sabido, lugar de feiticeiro, gente de grande experiência". (Seu Baioco, ancião da Comunidade Carapitanga/Território Quilombola Brejão dos Negros)

Arvore Sagrada da Gameleira,
lugar de culto aos ancestrais



Nós também temos tradição das raízes dos nossos antepassados, na vivência do Candomblé e da Umbanda. A gente se criou vendo as tradições de nossos pais, avós e tataravós que tinham que fazer seus rituais escondidos por causa das perseguições. Hoje estamos resgatando nossa espiritualidade, que se fortalece a cada dia ao conhecermos mais nossa ancestralidade, negada. Mas, ainda carregamos nas costas muitos preconceitos.



Terreiro de Candomblé da Nação Ketu, Antônio Bonfim - Comunidade Santa Cruz – Território Quilombola Brejão dos Negros

Sou de religião de Matriz Africana, sou Candomblé da nação de Ketu. Essa religião é importante para nós porque é a religião da natureza. Preservar a Natureza é garantir a nossa vida, preservar pai Òsányìn é a natureza que garante nossa sobrevivência. A Natureza é do mundo do Orun para o Ayê, do Ayê para o Orun. Aqui o território é sagrado porque tem nossa árvore ancestral. É ela que traz a energia dos nossos ancestrais que fugiram da escravidão, que se esconderam, correram, imploraram, lamentaram, pediram socorro e, também, louvaram os ancestrais, os nossos deuses africanos. Todos os Orixás, que são nossas divindades, adentram na natureza, na mata de Òsányìn, Oxóssi, Ogum, Iroko, (...) e Exú, como natureza, é o caminho, é o comunicador, então, por que não a gente preservar essa natureza? **(Antônio Bonfim, Candomblecista Comunidade Santa Cruz/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Resgatamos o Candomblé. O meu pai brincava no Candomblé. Eu cresci num Terreiro. O Candomblé é uma brincadeira dos escravos, que brincavam escondidos, por causa das perseguições. Nós continuamos com o Candomblé, mas não conseguimos assumir o terreiro, porque não conseguimos nos filiar à Associação. Eu sou a filha mais velha, mas não consegui assumir o terreiro e mantivemos a dança, mas não conseguimos manter os trabalhos, as orações. Mas isso fortalece o movimento quilombola, pois qualquer quilombo tem o seu terreiro **(Dona Lourdes, Comunidade Brejo Grande / Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Tinha um homem que dizia que era um índio velho, era o pai do finado Abidon. Eu me lembro do véio. Esse aí que era o "tuxá" da brincadeira. O "tuxá" da festa era ele, era lá da Carapitanga também, frequentava todos esses terreiros. O Caboclo dele era um Caboclo que resolvia tudo, com o nome de Iriri, que era uma serpente. (...) Esse eu alcancei vendo ele fazer essas coisas, as curas, as caridades, porque ele era curador. **(Seu Tonho Brabo, ancião da Comunidade Carapitanga/Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Terreiro de Umbanda Centro Afro São João Batista, Comunidade Santa Cruz



A Cultura do Maracatu

«Nós somos do Brejão dos Negros,
Nós viemos se apresentá
Maracatu do Quilombo
É raiz do nosso lugar.»



Maracatu Raizes do Quilombo

Nós temos o Maracatu aqui. Antes tinha dois: o Maracatu Patrocínio do Brejão, comandado por D. Maria Dias Ferreira, mas que acabou e, agora só tem o Maracatu Raizes do Quilombo, comandado pelo Seu Adalto dos Santos e Izaltina Silva Santos.

O Maracatu Raiz foi incentivado pelos militantes dos movimentos sociais no Brejão dos Negros e, hoje, é conhecido em Sergipe e até nacionalmente.

(...) Nos tempos de perseguição tinha Reisado, tinha Guerreiro e o Maracatu. Hoje só temos Candomblé e Maracatu. Nessa idade de 91 anos, não deixo essa cultura cá não, ah não, de jeito nenhum. Essas culturas foram se acabando, porque as pessoas não quiseram mais saber. Era o samba de coco, tinha guerreiro, tinha Xangô, tinha reisado. Eu mesmo fui mestre de Reisado 12 anos, aí parei porque o pessoal não queria mais, foi puxando pela idade e se acabando, aí eu parei. Aí peguei essa cultura do Maracatu e já estou com 18 anos que brinco com Maracatu, todo mundo brinca. Eu digo a ela: “Izaltina vai fazer umas equipes aí pra gente dançar por aí por fora, é um jeito de preparar esse povo. Eu como mestre e você como uma mestra, nós temos que preparar esse povo”. (Mestre Adalto, 91 anos, ancião da Comunidade Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros).



Arte por Mãos de Mulheres

Ser Quilombola é ser negra, quilombola, pescadora artesanal, marisqueira e ser presidenta da Associação de Carapitanga e que essa é a identidade Quilombola (Láine, liderança da Comunidade Carapitanga / Território Quilombola Brejão dos Negros)

Os artesanatos são trabalhos que complementa a renda familiar, além da valorização e resgate da nossa cultura dentro do nosso território quilombola. Fazemos crochê, bolsas, cestos da palha de aricuri, bordado, costura, redes e pulsar de pescaria, entre outros. Esses são trabalhos desenvolvidos, na maioria das vezes, pelas mulheres! (Claudeane, Liderança da Comunidade de Santa Cruz/ Território Quilombola Brejão dos Negros)



Aqui nós, mulheres, vivemos do bordado à mão para comercializar nas feiras das cidades próximas. Também pescamos, catamos caranguejo, marisco e fazemos artesanato, uma prática que é muito antiga. A nossa vida nunca foi fácil. Ser mulher Quilombola é viver do trabalho, do plantio do arroz, das roças, das pescarias e das lutas. Nós também somos lideranças de comunidades, ocupamos lugares como a de presidentes de Associações, dirigimos movimentos sociais.

Levantar uma casa de taipa é um artesanato. Eu aprendi a construir casa desde pequena. Eu e meu pai construímos a minha. (...) Eu consigo levantar uma casa sem usar um prego. Só precisa do barro e da madeira. É uma arte que é para a comunidade. (Láine, Liderança da Comunidade do Carapitanga / Território Quilombola Brejão dos Negros)

3. NOSSO BEM VIVER, HISTÓRIA DE LUTA E LIBERTAÇÃO

Preparo de mariscada
em Carapitanga.



**Nós somos rama
que viemos de
troncos ancestrais
(Antônio Bonfim,
Comunidade Santa Cruz).**

Feitio de Farinha
em Brejo Grande.

Nós aqui temos um modo de viver (...) somos homens, mulheres, crianças, anciões, juventude, LGBTQIAP+. Temos as nossas tradições, nossas alegrias, nossas festas, nossas celebrações, nossas religiões.

Temos nossas organizações, nosso trabalho e vivemos da natureza. Tudo dá na natureza, pescamos no rio e no mar. O manguezal é nossa mãe, nossa maior fonte de renda, nele catamos o caranguejo-uçá, guaiamum, os mariscos: unha de velho, ostras, sururu, aratu, massunim, siri, camarão. A terra e as lagoas marginais são parte de nossa sobrevivência, com a produção do arroz, mandioca, milho, feijão, coco, legumes, frutos e criação de pequenos animais: abelhas, galinhas, porcos. Extraímos de nossas matas amesca, cambuí, araçá, aroeira, mamona de cachorro, caju, murici, ubaia, cruiri, ingá, ameixa, araçá, aricuri, pitaia, dendê e murta, entre outras.



Pesca artesanal nas lagoas marginais (acima a Comunidade de Resina, em 2005 e ao lado Laine, Carapitanga)

*Então, esse território é um território pesqueiro, é um território produzido pela agricultura (...). No nosso território nós temos as lagoas naturais, nós temos os manguezais. Hoje destruíram 80%, né? Mas ainda temos um pouquinho. Nós temos nossos rios, ficam dentro desses manguezais; o rio afluente, o Rio São Francisco e, também, o mar, as águas salgadas, estão dentro desse território! Nós temos várias espécies... Nós temos o caranguejo, nós temos o aratu, nós temos o sururu, nós temos o próprio peixe, e o peixe não sai só lá do rio, como tem nos rios fluentes, que nós chama de riacho dentro dos mangues. **(Seu Dominício, Comunidade Brejo Grande/ Território Quilombola Brejão dos Negros)***

Mas, toda nossa resistência começa quando fomos impedidos de ter acesso às lagoas marginais, ao rio, aos mangues. Foram colocando porteiras, impedindo passagens, fomos perdendo as terras para cultivar. Os coqueiros que nós plantávamos não tínhamos mais direito de pegar. Quando fomos proibidos de andar livremente em nosso próprio território percebemos que tudo estava sendo privatizado.

Uma parte da fazenda Capivara havia sido vendida para Norcon, empresa de construção, e ela chega com força tentando expulsar a comunidade Resina. Estava se intensificando o turismo nessa região e eles queriam fazer um resort, um grande hotel de luxo, no lugar da nossa comunidade. Como consequência, a comunidade passou a sofrer pressões e ameaças para deixar suas casas. Muitos com medo aceitaram. A estratégia usada pela Norcon foi construir casas para os moradores de Resina no Povoado Saramém, isso fez com que muita gente negasse a condição de Quilombola. Por outro lado, isso nos firmou para se autorreconhecer e segurar a luta com firmeza.

*A luta toma corpo a partir 2005, mas desde 1982 que o movimento sindical rural em Brejo Grande, junto com alguns pescadores artesanais, reivindicava política pública de inclusão social. A reivindicação era Reforma Agrária, que nunca atendeu o município de Brejo Grande, por causa dos poderosos daqui. Os ricos não renunciavam a nada. Havia seis latifundiários na região, mais de 40% de Brejo Grande estava nas mãos de uma única família. Se a luta se desse pela Reforma Agrária só caberia 14 famílias assentadas quando nós teríamos mais de 500 famílias pobres precisando de acesso à terra. Foi aí que, em 2005, a gente conseguiu reunir várias lideranças das comunidades, que já atuavam na luta por direitos, tanto na questão sindical rural, como também na questão dos pescadores artesanais. Realizamos com estas pessoas o primeiro Fórum Social Municipal, o mote era a pesca artesanal. Durante uma semana realizamos um diagnóstico socioeconômico de cada comunidade, com pauta de reivindicação e finalizamos com uma Assembleia com a assessoria do Conselho Pastoral dos Pescadores. Depois de 17 anos ainda estamos focados nesta pauta. **(Pe. Isaias Nascimento - Cáritas Diocesana)***



Padre Isaías,
Alzeni e Iraneide
lembrando das
lutas de 2005.

Padre Isaias, a CPP e outros parceiros iniciaram essa luta com a gente em 2005 e foi quando percebemos que a conquista pela terra não poderia ser pelo instrumento da Reforma Agrária. Porque o Território era nosso, era tradicional. Nós já vivíamos nesse lugar, assim como nossos pais, avós, bisavós, tataravós. Não era apenas uma terra nas mãos de latifundiários, era nosso território com história de negro, com história de escravidão, mas, também, história de resistência, de fuga, de luta. Era um grande Brejão de Negros! Foi aí que nossa luta começou por reconhecimento como Comunidades Quilombolas.

O reconhecimento de uma comunidade como quilombola acontece por meio do processo de autodeclaração das pessoas que pertencem ao grupo. Esse critério segue a Convenção 169 da OIT. Nós do Território Quilombola Brejão dos Negros fomos certificados como remanescentes de Quilombo em 2006, pela Fundação Cultural Palmares, no mesmo ano, o INCRA realizou o primeiro cadastramento dos Quilombolas que se autorreconheceram.

Já em 2012, o INCRA fez o levantamento fundiário, a elaboração do mapa territorial e o recadastramento das famílias, após a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Passaram ao menos cinco antropólogos pelo território, que puderam observar e registrar nossa diversidade étnica, nossas tradições culturais e nosso modo de viver. Em 2015, o nosso RTID foi publicado, sendo atacado por nossos inimigos com 18 contestações.

Em 2021, foi aberto um processo de auditoria, mais uma tentativa de anular nosso processo de reconhecimento como Comunidade Quilombola. Ou seja, passados 17 anos do início da luta, não temos ainda a titulação do nosso Território. Só conquistamos o direito de usufruto exclusivo da Comunidade Resina numa parte das Lagoas marginais e tivemos a Concessão de Uso Real da Fazenda Batateiras e da Ilha da Criminosa.

A morosidade desse processo quilombola, nos deixa vulnerável porque o nosso território está sendo invadido e destruído. (Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros).

Desde que nos autorreconhecemos e tivemos a Certificação Quilombola, foram muitos os entraves, teve a influência dos fazendeiros para que muitos negros não se identificassem. A maioria desses ainda vive como empregados dos donos das fazendas, que insistem na nossa negação. Eles fizeram de tudo para dividir nosso povo.

Aconteceram assassinatos de animais domésticos, afundamento de barcos e ameaças às lideranças comunitárias, inclusive de morte, e até incêndios da casa paroquial. As perseguições aconteciam também no âmbito institucional, quando a própria bancada ruralista do Senado Federal contestou judicialmente nossa Declaração Quilombola e os procedimentos do INCRA na delimitação do Território. Esse racismo institucional vem impedindo a titulação do nosso território, nos deixando vulneráveis a toda sorte.

Quando nós dissemos lá atrás que nós éramos comunidade quilombola isso também é a autoidentificação. Então, naquele momento, lá em 2005, quando nós iniciamos a luta, nós nos autoidentificamos como comunidades quilombolas (...)

A Constituição de 1988 vai determinar que as comunidades quilombolas têm o direito à Terra, tem o direito a uma saúde de qualidade, a educação de qualidade. Então, isso tudo está na lei. Mas o que é que nós temos hoje? Apesar de nós sermos comunidades quilombolas, apesar de nós nos identificarmos como comunidades quilombolas, como comunidades negras, apesar de a gente dizer que nós somos negros, que nós estamos sujeitos de direitos, hoje, nós não temos esses direitos reconhecidos, certo? (...) Nós nos identificamos com comunidades quilombolas, porque os nossos antepassados tiveram que fugir dos engenhos para sobreviver. Então, nós somos comunidade quilombola por isso, porque nos identificamos como comunidade quilombola e os nossos antepassados resistiram, fugindo do tronco, fugindo do sofrimento, da escravidão naquela época.

(Magno, Comunidade Santa Cruz / Território Quilombola Brejão dos Negros)

O povo quilombola é um povo de luta e consciência. (...) A gente não escolheu, estamos aqui porque a gente sempre viveu aqui. Nós aqui somos filhos dos que vieram da África e somos filhos dos Indígenas que já viviam aqui. Sobre isso, nós temos familiares aqui que tem caboclos, temos nossas crenças, nossos saberes, nossa cultura. Bom, o que eu acho importante é o respeito em primeiro lugar. A todos os trans, gay, lésbica, quilombolas, indígenas, todos em geral. De todas as culturas, pode ser ela urbana ou rural, metodista, todos os tipos de cultura que existe no nosso mundo. Respeite pra ser respeitado, pra não haver conflitos. Isso é o que eu peço, respeito em primeiro lugar a todas as culturas, isso é o que sou **(Karla Sophia, Comunidade Carapitanga / Território Quilombola Brejão dos Negros)**.

Elementos símbolos do equilíbrio
e modo de viver - Território Quilombola Brejão dos Negros



Pescadores Artesanais
Quilombolas de Resina no
entorno do antigo Cabeço,
inundado com o Avanço do Mar.



4. PRINCÍPIOS DO NOSSO BEM VIVER

- Respeito e proteção ao nosso Território formado por terra e água, matas e manguezais, riachos e lagoas, rio e mar, dunas e ilhotas.
- Respeito à nossa Identidade Negra/Preta;
- Respeito à nossa História: A dos mais velhos e dos que se identificaram como quilombolas e se mantêm na luta;
- Respeito às Tradições e às nossas memórias;
- Respeito às crianças, juventude, mulheres e LGBTQIAP+;
- Respeito às nossas formas de organização, assim como nossas lideranças;
- Respeito à ancestralidade através dos Povos de Terreiro como a Umbanda e o Candomblé, assim como nossos rituais, nossos Babalorixás, Yalorixás, Zeladoras e Benzedeadas e todas as nossas divindades, como os Orixás, Exu, Pretos Velhos, Caboclos, Marinheiros, entre tantos;

- Respeito ao nosso Patrimônio Sagrado: matas, mangues, rio, mar, nascentes, lagoas, caminhos tradicionais, nossa gameleira sagrada e demais lugares de nossas oferendas e igrejas que nossos antepassados edificaram com a força do trabalho;
- Respeito ao Patrimônio Cultural material e imaterial: o samba, o maracatu, a capoeira, o batuque, as músicas, histórias, contos e nossos anciões, as árvores sagradas, nossas igrejas históricas, além dos materiais que estão nos engenhos que guardam as lembranças de nossos antepassados;
- Respeito ao Patrimônio Genético da biodiversidade: zona costeira, manguezais, dunas, matas, beira de rio e todas as espécies que aí se reproduzem, animais, pássaros, plantas, sementes, caranguejo-uçá, guaiamum, mariscos, ostras, aratu etc. E nossa sociobiodiversidade: a pesca artesanal, agricultura camponesa, artesanato, raizeiras e benzedeadas, entre outros conhecimentos associados;
- Respeito à história e preservação das nossas ilhas;
- Preservar uma vazão que alimente o Rio São Francisco como nosso irmão mais velho.

5. NOSSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO



Nossas Associações: instrumento de organização

O Território Quilombola Brejão dos Negros é composto por cinco comunidades. Todas possuem Associações que são instrumentos de gestão e fortalecimento do coletivo. Temos a Associação Quilombola dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Resina; a Associação Remanescente de Quilombola Dom José Brandão de Castro de Brejo Grande; Associação Quilombola de Carapitanga; e a Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros, que representa as comunidades de Santa Cruz e Brejão dos Negros. Esta última, fundada em 2006, é a que detém a outorga coletiva do território em nome de todas as Comunidades.

Formas de organização através das associações do Território Quilombola Brejão dos Negros

Há um Conselho, constituído pelas coordenações das associações, que delibera sobre questões que envolve o território como um todo.

Nossas Comunidades também são organizadas dando voz aos Anciões; Coletivo de Juventude; Coletivo de Cultura (Grupo do Maracatu, Quilombatuque, Dança Aiê, dentre outros); Coletivo de Crianças, que inclui o teatro Kêkere wá.



Oficina de fotografia do Coletivo de Juventude do Território Quilombola Brejão dos Negros

Nosso Coletivo de Juventude

**« Não somos o futuro,
somos o presente dos
nossos antepassados »**

Somos a Juventude do Território Quilombola Brejão dos Negros, banhado pela Foz do rio São Francisco. Temos um papel político no Quilombo. Somos o presente ancestral e isso significa manter nossa história e atualizá-la aos dias de hoje, pois a cultura é tradição viva. Para isso, precisamos ser escutados!

Eu quero juntar um grupo de crianças e ensinar pra elas coisas que a gente aprende com nossos pais e que eles aprenderam com nossos avós, para eles já crescer sabendo contar um pouco da comunidade deles. (Ariana, Comunidade Resina / Território Quilombola Brejão dos Negros)

Tem também a parte de lembrar a cultura dos mais velhos. Botar os mais novos pra fazer tudo o que os mais velhos fazia. Que nem eu, eu trabalho de roça porque meu pai, minha avó e meus tios, meu avô trabalhavam de roça. Seria bom que os mais novos fossem na cultura dos mais velhos e soubessem um artesanato. (Láine Liderança da Comunidade Carapitanga / Território Quilombola Brejão dos Negros)

Tem o Memorial de Brejão dos Negros: é associado com a escola, é um projeto que resgata as nossas raízes, as nossas estruturas. (...) É um minimuseu dentro da escola. (Kemilli, Comunidade Brejão dos Negros / Território Quilombola Brejão dos Negros)

Nosso Coletivo de Crianças

Para nós é importante saber como nossas crianças enxergam a luta e se veem no território. É o imaginário delas que garante a nossa esperança de continuação. Elas compreendem a natureza de um jeito mais saudável e sustentável. Elas já possuem uma formação que cultiva as histórias, as cantigas, os contos e vão formando a identidade quilombola. São elas as que melhor representam nos desenhos, o cuidado com a natureza.

Um arco-íris. (...) Eu fiz pra dizer que ia chover ai no rio. Aqui é a nuvem, que vai, vem a chover, aí o arco-íris apareceu e bebeu toda. Eu gosto de tomar banho no rio, gosto de pega-pega. **(Alexia, 9 anos, Comunidade Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Porque assim, o pé de caju é minha inspiração, é meu lugar de brincar, é meu lugar de viver, meu lugar de aprender, meu lugar que me deixa dormir, descansar, essas coisas. **(Sarinha, 8 anos, Comunidade Santa Cruz/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**



Crianças Quilombolas de Resina, Santa Cruz, Brejão dos Negros, Carapitanga e Brejo Grande

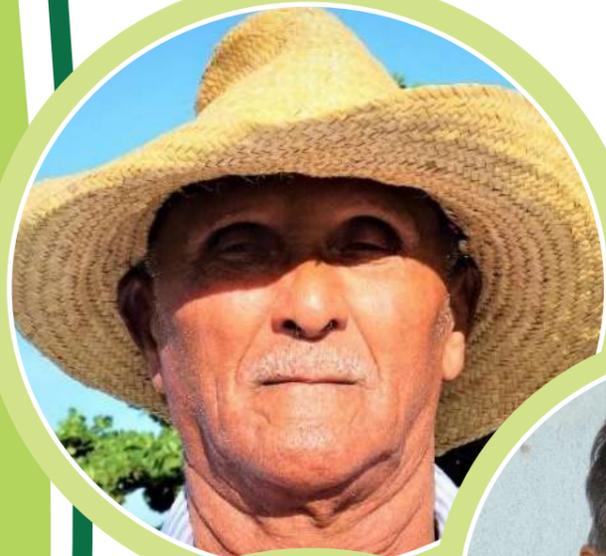
O rio é aqui ó... que eu vou mais meu pai pra pescar. Eu pesquei Baigue. **(Silas, 5 anos, Comunidade Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Eu desenhei um rio, a casa, árvore. (...) Meu pai, minha mãe, minha irmã, eu e meu avô. **(Luís Fernando, 6 anos, Comunidade Brejo Grande/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Eu pesco um monte de peixe (...) vermelha, traíra, cará, é... pepino, que é um tipo de pilombeta pau, cascuda de rede e vários tipos. Eu pesco de rede, linha de mão, molinete e varinha. Eu também vou na plantação de arroz, acompanho meu pai, é pra espantar os passarinhos e quando tem o tempo eles também ficam pescando lá na porta d'água. Resina é um lugar que eu já vi, mais bonito que todas as outras cidades e que ele sempre foi alegre e cheio de pescadores, trazendo a comida pra cuidar da família. Sempre que vocês tiverem alguma chance, vocês podem vir pra cá, por causa que aqui, se vocês morasse aqui a vida de vocês ia ser muito mais melhor, do que em outro qualquer lugar. **(Peixeiro, 10 anos, Comunidade Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Nossos Anciões

São nossas mestras e mestres, griôs, anciãos que guardam a história e o modo de viver do nosso povo. São eles que conhecem a tecnologia de como, quando e onde colocar uma roça; de como pegar um siri, um caranguejo, aratu, sururu, além de peixes diversos no rio e no mar. É com nossos anciões que os mais novos aprendem a montar suas casas, fazer farinha, confeccionar os artesanatos. É eles que nos ensinam a brincar o maracatu, reisado, a reverenciar nossos caboclos, a utilizar nossas plantas de poder para curar. Não existe território sem a memória de nossos mais velhos.



Anciões do Território Quilombola Brejão dos Negros: Seu Rosalvo dos Santos, de Resina (acima), Seu Baioco e Seu Toinho Brabo, do Carapitanga (embaixo). Dona Maria Cícera dos Santos, de Brejão dos Negros (à direita) e Dona Maricelia de Oliveira, de Brejo Grande (no meio).

Eu não vou morrer agora não, eu vou completar os 100, eu vou inteirar os 100 anos, que nós vai ter muito trabalho. Que nós teja por aqui pra apertar um samba comigo. **(Seu Adalto, mestre do Maracatu e ancião da Comunidade Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Eu vim muito lá de Brejo Grande, pra ir pro Brejão pra tá trabalhando. Seu Adauto também ia muito pra lá, trabalhar em mutirão. A gente sempre teve essa parceria entre Brejão e Brejo Grande. Eu sempre tava lá trabalhando nos mutirões, trabalhando junto, né? Aí cantava muito nos mutirões (...) **(Deca, Comunidade Brejo Grande, Território Quilombola Brejão dos Negros).**

Meu pai pescava. Começava a levar eu pequeno no barco. Naquele tempo era canoa, não era barco. Me levava pra maré e eu ficava sentado dentro do barco e ele ficava fiando, pescando. Ai eu fui crescendo mais e ele foi me ensinando como era que tarrafiava. Depois ele me ensinou como que soltava a rede. Ai eu fui aprendendo, com uns doze anos, eu comecei a pescar. **(Seu José Brito Araujo, ancião da Comunidade Carapitanga/ Território Quilombola Brejão dos Negros)**

Eu tinha uns 6 anos quando eu comecei a andar numa roça. Eu era pequena, eu ia pra roça e pegava a enxadinha desse tamanhinho. Meu pai botava pra eu poder trabalhar. Era pra eu rancar o mato, eu rancava era as mandiocas. (risos) Aí o menino dizia assim “ói pai, o que essa moça tá fazendo”, “deixe o que ela fazer tá bem feito”. Ele não dava asa a ousadia, sabe? “Deixe fazer, o que fazer tá bem feito”, eu pequena. Eu num gostava de tá em casa, não! O finado Bé dizia assim: “Pronde vai com essa menina, Bispo?”. Ele: “Pra roça trabalhar”. **(Dona Maria da Conceição Bispo, anciã da Comunidade Santa Cruz / Território Quilombola Brejão dos Negros)**



6. NOSSO TERRITÓRIO

O Quilombo Brejão dos Negros está localizado no município de Brejo Grande, ao norte do Estado de Sergipe, na Foz do Rio São Francisco, e fica a 137 km de Aracaju. Nosso Território é mais que uma terra, é o nosso modo de vida, é nossa identidade, nossa história de nascença e de antepassados. É história de escravidão, mas, é também história de luta, sobrevivência, resistência e permanência.

Por isso, não queremos saber apenas da história da escravidão, queremos saber a história dos nossos antepassados (Iraneide, Comunidade de Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros).

Cada lugar em nosso território tem uma raiz. As ilhas da Teresa e do Calumbi têm pais e avós que nasceram e se criaram, e muitos de nós também nascemos e nos criamos por lá. As ilhas da Criminosa e do Arambipe têm história dos Negros fugidos. Do ponto do Criolo até o Pau da Gamela e de lá até a costa do mar, passando na Guaratuba até o Piau, também chegaram negros que não aceitaram a escravidão. Ilhas como a do Funil tem história dos nossos antepassados.

São pelos Portos que esse povo todo tinha acesso ao rio, aos mangues, ao mar e às lagoas. São tantos os nossos Portos que não dá nem pra colocar na cartografia. Só vendo! Cada um com sua história.

-  Porto da Cajazeira
-  Porto da Taquara
-  Porto Sarave
-  Porto da Marina
-  Porto do Mangabeira/Carapeba
-  Porto do Cajueiro
-  Porto do Gato Preto
-  Porto da Gameleira
-  Porto do Pau da Gamela
-  Porto do Sal
-  Porto da Carapitanga
-  Porto d' Areia
-  Porto de Maria Rosa
-  Porto da Resina
-  Porto do Saramém
-  Porto da Capivara
-  Porto da Mangabeira
-  Porto do Bispo
-  Porto da Ilha da Val
-  Porto das Canoas
-  Porto do Feijão

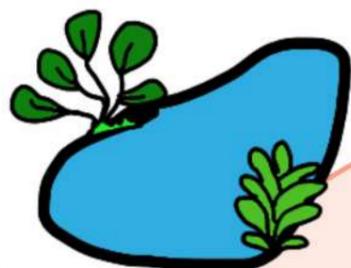
A cidade de Brejo Grande é de Negro. Contam-nos que lá tinha mais de 20 Engenhos e eles detinham a maior parte de escravos do Baixo São Francisco. O primeiro deles foi Paraúna, mas tinha também: Bandarra, Canto Escuro, Capivara, Cajuhybe, Santa Cruz, Coitezeiro, Taquareira, Alto dos Oitizeiros, Alto dos Pinheiros, Arambibe, Souza, entre tantos. Esses lugares têm que ser preservados e demarcados como memória do patrimônio cultural quilombola.

Engenho da Bandarra, território reivindicado pela memória que carrega da escravidão



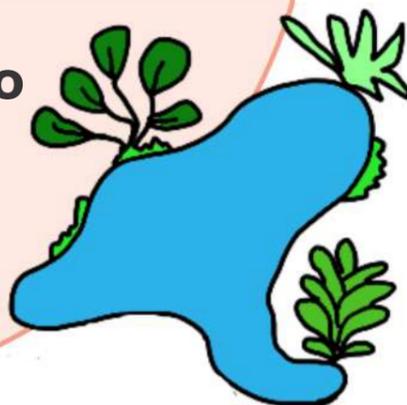
E as Lagoas Marginais? Vamos apresentar algumas porque são nossos berçários, nosso patrimônio biológico. A Lagoa de Brejão Grande é uma das mais importantes:

Eu queria antes de morrer ver a Fazenda dos Anjos regularizada, porque foi naquela Lagoa do Brejão que esse povo todo cativo tirava a sobrevivência. (Toinho Brabo - Território Quilombola Brejão dos Negros)



Nossas lagoas marginais

Lagoa de Brejão Grande
Lagoa Tanque da Palmeira
Vargem Comprida
Tanque do Pobre
Lagoa do Brejinho
Lagoas da Resina
Riacho do Pau Pombo
Riacho da Onça
Rio Paraúna
Rio Parapuca;



Todavia, o território identificado pelo INCRA resultou numa área de 8.125,5558 hectares (oito mil, cento e vinte e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e cinquenta e oito centiares). Mas, deve entrar algumas outras ilhas, além da Ilha Criminosa que já conseguimos.

É o caso da Ilha da Tereza. Além do uso das matas, da terra, dos manguezais e das lagoas marginais como nossa principal fonte de alimentação e renda, temos que preservar alguns destes lugares de uma forma especial, porque já estão muito fragilizados e não podem ser mexidos.

Veja o caso da Ilha da Criminosa, por exemplo. Se houver qualquer atividade sem ser a de preservação, o mar avança e ela pode desaparecer.

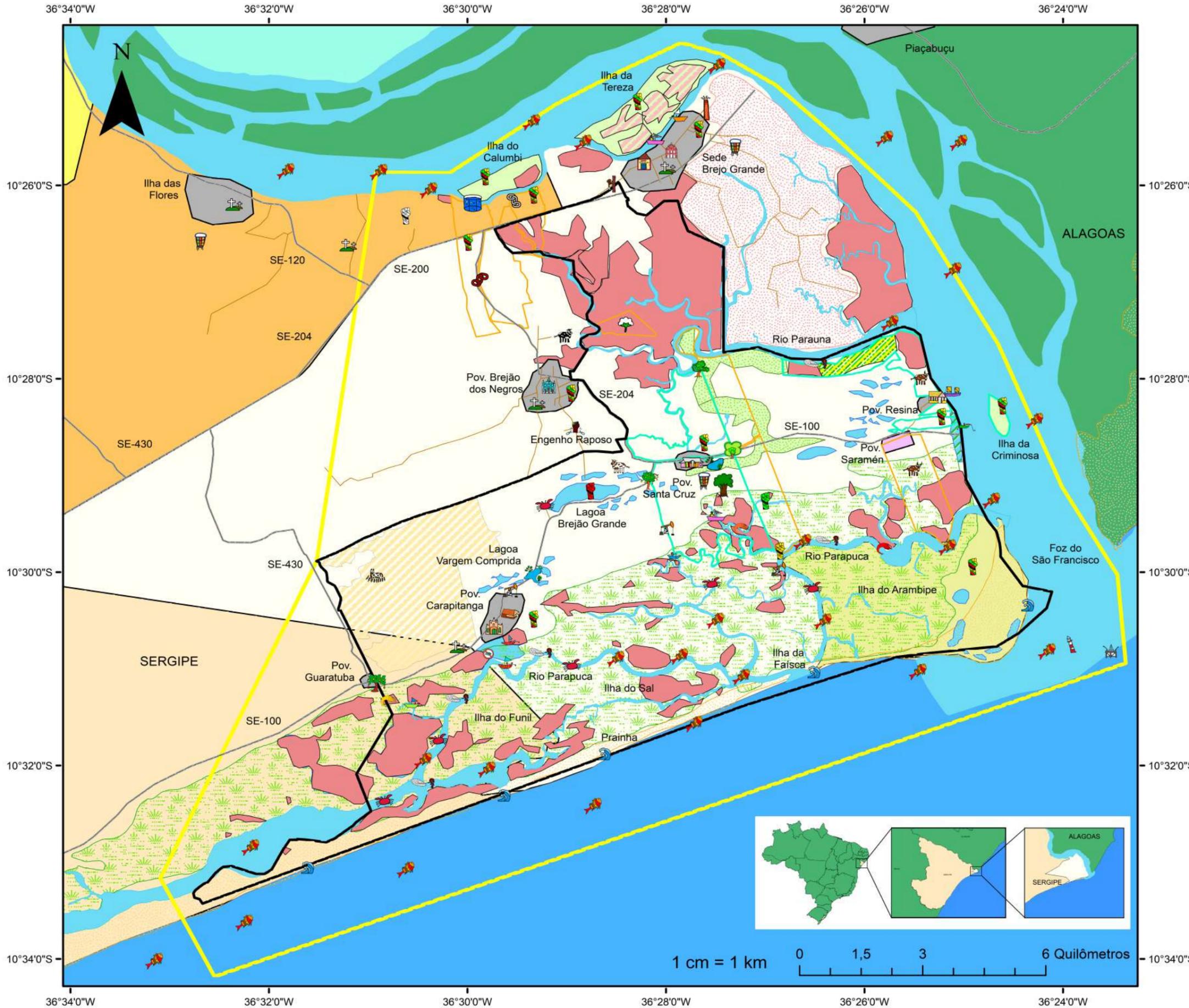
Parte da Ilha do Arambipe, na Foz do São Francisco, que abrigava o Povoado Cabeço, já desapareceu totalmente, restando por ali apenas o Farol como lembrança do que já está dentro do mar. O farol faz parte do nosso patrimônio cultural.

Farol onde se localizava o Povoado do antigo Cabeço





TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS



LEGENDA

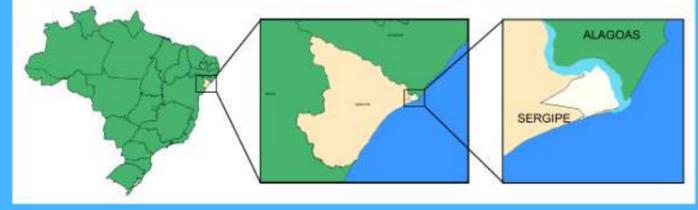
Território	Território Reivindicado
Território de uso Quilombola	Ilha da Tereza
Território Delimitado pelo INCRA	Ilha do Calumbi
Concessão do direito real de uso	Fazenda Cajulpe
Ilha da Criminosa	Fazenda Cajupinho e Santa Rita
Concessão de direito real de uso	Engenho Raposo
Povoado fora da delimitação	Fazenda Ilha do Algodão
Povoado Brejão dos Negros	
Conflitos	
Carcinicultura	ExxonMobil
Uso Misto: Carcinicultura/verão - Arroz/inverno	Petrobras/Companhia Cobra
Tanques abandonados	Acesso proibido
Pecuária Intensiva	Piscicultura
Ocupação Irregular Saramém de Baixo	Complexos de Carcinicultura
SIGEF/INCRA/Não titulado	Possesores
Povoado Saramém	
Patrimônio/Natureza/Tradição/Modo de Vida	
Farol do Cabeço	Igrejas
Antigo Engenho Bandarra	Terreiro de Candomblé/Umbanda
Resistência Negra	Lagoa do Brejinho
Criofo	Lagoa Vargem Comprida
Criofo	Sítio dos Machado
Lagoa Brejão Grande	Cemitérios
Quilombo Bongue	Ilha do Arambipe
Gameleira	Arroz Agroecológico
Pesca Artesanal	Manguezal
Mariscagem	Dunas
Praias	Brejos/Áreas Alagadas
Portos	
Centros Comunitários	Divisas das Comunidades
Centros Comunitários	Divisas das Comunidades
Corpos D'água	Convenções
Rio São Francisco	Rodovias Estaduais
Oceano Atlântico	Estradas
Rios e Riachinhos	Povoamentos
Lagoas	Ilhas do São Francisco
	Municípios
	Brejo Grande/SE
	Ilha das Flores/SE
	Neópolis/SE
	Pacatuba/SE
	Penedo/AL
	Piaçabuçu/AL

Fontes Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000
Arcgis Online
Escala: 1:69.698

Base Cartográfica:
IBGE 2020/IPHAN/DNIT/INCRA
Crôqui das Comunidades: Brejo Grande, Resina, Carapitanga, Santa Cruz e Brejão dos Negros

Realização:
Território Quilombola Brejão dos Negros

Cartografia:
André Luis Oliveira Pereira de Souza
Alzeni de Freitas Tomáz
2023





Ilha da Criminosa, efeitos do avanço do mar

Grandes Ameaças ao Território

O Problema da Falta de Titulação

Embora nosso Quilombo tenha sido certificado pela Fundação Cultural Palmares e o INCRA realizado a RTID e a demarcatória, passados 17 anos, ainda não temos a posse definitiva do Nosso Território. O que mostra o racismo que está dentro do Estado e o poder de influência dos fazendeiros. Não ter a titulação do território intensifica os conflitos internos e externos, com os grandes empreendimentos, aumentando a degradação da natureza.

São vários e vários conflitos que a gente precisa estar sempre na rua, estar sempre buscando ajuda na justiça pra que a gente tenha a nossa sobrevivência preservada, o nosso modo de vida preservado e sossegado, né, viver com o sossego na nossa comunidade. (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros)

Há 17 anos que eu estou na luta, na luta quilombola, mas até hoje, nós, de Brejo Grande, não conseguimos um pedaço de chão pra trabalhar, porque o território ainda não foi titulado. (Deca, Comunidade Brejo Grande / Território Quilombola Brejão dos Negros).

(...) Foi justamente a área que eu fiz questão, pois foi a área onde eu nasci. (...) eu preferi essa área de lá, aonde meu avô foi criado que é a Fazenda dos Anjos, foi ali aonde a gente viveu, aonde eu nasci, cresci ali. E que futuramente quem sabe não vai ser passada para nós, né? Apesar de que a gente não pode nem entrar ali pra pescar, que era aonde a gente vivia e tirava nosso sustento. (Dona Pastora, Comunidade Brejão dos Negros / Território Quilombola Brejão dos Negros).

Farol na Ilha do Arambipe onde desapareceu o Povoado Cabeço

As Mudanças Climáticas

Nós vivemos uma emergência climática. As secas prolongadas ou os desastres com muita chuva demonstram o quanto o ambiente da vida está impactado. Se maiores impactos ambientais acontecerem em nossos ecossistemas, no rio e no mar, podemos estar fadados ao desaparecimento. Assim foi com o Povoado Cabeço, sem os manguezais e uma vazão adequada ao rio, seu território foi engolido pelo mar.

As mudanças climáticas prejudicam a agricultura, prejudicam a pesca. Nós somos vítimas dessa mudança climática exagerada que existe aí. Isso é no mundo todo, mas também afeta o nosso território e não podemos deixar de destacar. (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros).



A Especulação Imobiliária

Área de especulação imobiliária em Saramém de Baixo - Território Quilombola Brejão dos Negros

Viver na Foz do Velho Chico é uma benção. Como nos lembra a jovem Arielle, da comunidade Resina, "é um rio lindo, que acalma a qualquer hora". Nosso alimento vem desse rio, nossa renda, nosso lazer. A especulação imobiliária quer nos expulsar daqui, pois acreditam que esse lugar deve ser privado e só quem deve aproveitar são os ricos, mas nós lutamos no passado e seguimos lutando por nosso irmão mais velho, para que esteja preservado e seja uma beleza para todos os que vivem aqui e os que queiram vir conhecer e cuidar dele.

Nós temos o conflito com os fazendeiros, nós temos o conflito com a Norcon, que é uma construtora, nós temos conflito com prefeito, com vereador, com empresários que querem se apropriar do nosso território, da nossa comunidade. Nossa comunidade é localizada numa região muito bonita, uma região que é muito visada pelo turismo, pela especulação imobiliária, então a gente tem que fazer enfrentamento todos os dias.

Se é turismo, nós mesmo faz nosso turismo! Um turismo que não é com muita gente, de base comunitária, que todos ganham um pouquinho: um pai de família ganha um pouquinho, outro ganha outro, outro ganha outro, o barqueiro ganha um pouco, o outro que leva pra caminhada ganha outro pouquinho, a cozinheira ganha outro pouquinho e assim não vai ter patrão pra ficar mandando, é nós mesmo. (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros)

As Hidrelétricas Espalhadas pelo Velho Chico

Temos, ao menos, cinco grandes hidrelétricas espalhadas pelo nosso Velho Chico, que nos impactam muito, porque alteram a dinâmica do rio, reduzindo sua força e, conseqüentemente, permitindo o avanço do mar. Nossos pescados, típicos da água doce, foram morrendo com o aumento da salinização das águas. Temos tido, também, grande dificuldade em manter a cultura dos nossos ancestrais, que foram grandes plantadores de arroz, já que o excesso de sal nas águas do rio atrapalha nossos plantios.

A gente como mora aqui no baixo São Francisco recebemos o avanço do mar que vem invadindo cada dia mais porque o rio perdeu força e quando o rio perde força o mar avança. Aí vem água salgada, aí vem o rebojo do mar, aí afeta bastante aqui a nós. E tem muita quebração né (...) tá cada dia mais quebrando, quebrando, quebrando e nós tem que fazer proteção aqui nas nossas áreas porque cada dia mais o mar tá avançando (Iraneide, Comunidade de Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros).



Tanques de Carcinicultura espalhados pelo Mangue, na comunidade de Santa Cruz.

O Avanço do Hidroagronegócio: os Tanques de Carcinicultura

Sofremos muito com a expansão dos tanques de carcinicultura, que desmatam e envenenam nossos manguezais, berçário da natureza. É no mangue que várias espécies de peixes, caranguejos, siris, aratus, sururus, camarões nascem e se desenvolvem. Essas vidas convivem com a gente, nos alimentam e geram renda. Somos um povo que precisa do mangue vivo e saudável.

Eles aí brocam o mangue, fazendo a coivara, tocando fogo e depois que está tocado fogo, eles cavam e fazem o viveiro. E agora eles descobriram uma maneira que eles botam veneno no mangue e o mangue morre. Depois eles vêm fazer o que quiser em cima, porque o mangue é florestal, acabou-se. (...) O pobre vive de pegar caranguejo, aratu, de pegar siri, de pesca dentro do mangue e aí está cercado, não tem acesso do cara entrar. Na época de antes, existia tudo com fartura. Peixe com fartura, caranguejo com fartura, todos os mariscos, camarão era com fartura e agora tem esse negócio dos camarão preso, só tem valor eles, ninguém mais. Nem no rio tem camarão, porque ficou tudo cercado. Não tem pasto pra sobreviver os bichos no mangue e aí a gente também não tem sobrevivência (Seu Tonho Brabo, ancião do Território Quilombola Carapitanga).

Esse povo pensa que nós somos ninguém, nós não somos nada, porque eles passam por cima de nós como se nós não existisse e é por isso que eles trazem o empreendimento para cá, pensando que o espaço está vazio. Eles acham que tá lá, o mangue tá aí, eles podem vim e derrubar e fazer a carcinicultura, porque a gente não está usando, tá lá perdido o espaço. E não é! A gente tem um modo de vida que a gente usa o espaço, mas a gente usa do nosso jeito, que é o nosso modo. (Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros - Território Quilombola Brejão dos Negros).



Mangue queimado para construção de tanques de carcinicultura.



Áreas de exploração de petróleo dentro do Território Brejão dos Negros.



Exploração de Petróleo e Gás no entorno do Velho Chico



A exploração de petróleo em Brejo Grande começa em 1970 e, até hoje, quando passamos pela estrada do porto do Pau da Gamela ou pelo rio Parapuca na altura do Criolo, vemos grandes estruturas, algumas já enferrujadas, com placas da Petrobras. Soubemos que, em 2021, o campo de petróleo e gás de Brejo Grande foi vendido para uma empresa chamada Carmo Energy.

Jamais nos esqueceremos do desespero ao encontrar pedaços de petróleo em nossas areias, nos rios, manguezais e mar, causado pelo crime de derramamento que ocorreu em 2019, atingindo também nosso amado Velho Chico. Até hoje não sabemos os responsáveis e nem o tamanho dos impactos para a natureza e para a nossa saúde.

Em 2021, menos de dois anos do crime, somos surpreendidos com uma nova tentativa de exploração de petróleo: a ExxonMobil quer perfurar ao menos 11 poços de petróleo na foz do Rio São Francisco. Já a Petrobras anunciou que pretende explorar mais sete campos de petróleo e gás na bacia Sergipe-Alagoas. O que esperar se ocorrer um derramamento tão próximo do nosso rio?

Ultimamente chegou uma empresa petroleira, uma tal de ExxonMobil, que tá fazendo teste aqui, perfurando poços aqui na bacia - de frente a Foz - é mais um agravante no nosso mar, no nosso meio ambiente e quando vier um derramamento? Um vazamento de petróleo. Vai atingir diretamente a gente, principalmente a gente que tá mais próximo da Foz do Rio São Francisco. (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros)





Audiência Pública do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Norte de Sergipe (Julho/2022).

O Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte de Sergipe (ZEE-LN/SE)

A Lei 8634/2019 cria o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, uma política que estabelece regras de uso, ocupação do solo e o manejo dos ecossistemas:

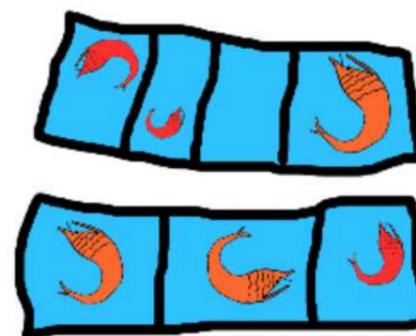
O zoneamento costeiro de Sergipe é uma lei que o governo do estado criou para separar as áreas do litoral de Sergipe: área de manguezal, área de restinga, área de dunas, aquela reserva, para ver o que pode e não pode ser implantado de empreendimento dentro dessas áreas. **(Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros).**

Temos participado da construção da Lei e percebemos uma grande influência de grupos econômicos sobre o governo do Estado. Isso tem favorecido a implantação de empreendimentos em áreas que deveriam ser de preservação ambiental. Além disso, os documentos produzidos negam a existência das comunidades tradicionais na zona costeira e de seus direitos de preservar e permanecer no seu território. Isso favorece o turismo intensivo, a extração de petróleo e a carcinicultura. Eles também não explicam como será a fiscalização, principalmente, na faixa de entremarés.

Agora temos mais uma preocupação com o zoneamento costeiro, que no mapa deles, não nos identificaram como comunidade tradicional, comunidade quilombola, eles colocaram o ponto, quando nós sentamos e vimos o mapa, nós ficamos preocupados, porque se pra eles nós não fomos identificados, então, o que vai ser da gente? **(Clesivaldo, Comunidade Brejo Grande/ Território Quilombola Brejão dos Negros).**

No caso específico do Território Quilombola Brejão dos Negros, o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte de Sergipe, lei 9.147/ 2022, não garante a manutenção do nosso território, pois legaliza empreendimentos que vão destruir nossos manguezais e fragilizar ainda mais o Velho Chico, colocando em perigo todas as formas de vida. Exigimos que a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro leve em consideração nosso Protocolo de Consulta.

Eu estou com um dos membros do Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro, mas a gente percebe que esse espaço não foi construído para nós. É um espaço onde a maioria é do governo e a gente não tem voz nesse conselho, porque a decisão já vem tomada de cima, né? **(Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros).**



Percebemos que o zoneamento foi criado para legalizar o que é ilegal, um exemplo é a carcinicultura. A carcinicultura tá implantada dentro do manguezal, que é área de preservação permanente. (...) Eles querem legalizar espécie exótica, isso deixa claro para nós que eles querem legalizar a carcinicultura na costa da nossa região, tanto no norte como no sul. **(Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros).**

Tem deputado, senador, um bucado de gente querendo a morte do ser humano, dos animais. Um só vai destruir a vida de muitos. O camarão [de tanque] acabou com a vida do caranguejo, tirou a vida dos animais. E pra que tem a secretaria, o IBAMA que libera essas coisas? Para a morte dos animais? Para a morte das pessoas? (...) Nós quer uma lei federal que garanta a nossa garantia do território costeiro com o povo tradicional que vive naquela área e que ninguém possa passar por cima de nós! **(Iraneide na audiência pública do Zoneamento do Litoral Norte de Sergipe, Comunidade Resina/ Território Quilombola de Brejão dos Negros)**



Fechamento das atividades de construção do Protocolo de Consulta do território Quilombola Brejão dos Negros

7. ESPERAMOS COM ESTE PROTOCOLO

Que as nossas decisões sejam respeitadas. Isso significa dizer que qualquer ação ou empreendimento que o Estado - municipal, estadual ou federal - queira fazer em nosso território, assim como qualquer empresa de qualquer natureza ou quaisquer órgãos público ou privado, tem que nos consultar. Respeitando nossos territórios, princípios e formas de organização, patrimônio cultural, genético e arqueológico, e nossas comunidades, histórias, tradições e religiosidade, e tudo que a gente disse neste documento.

(...) [o protocolo] já é uma representação que já nos dá uma força a gente, que eles têm que entender e respeitar (...) O protocolo é uma força nossa. (Seu Baioco, Comunidade Carapitanga/Território Quilombola Brejão dos Negros)

O protocolo vai ser uma ferramenta de enfrentamento junto aos órgãos de justiça. (...) Vão tentar desmentir a gente de toda a forma, com documento ou sem documento, mas o protocolo é uma forma da gente chegar no ministério público federal e dizer assim “tá aqui o nosso protocolo, eles não estão respeitando”, se a gente não tivesse, eles iam dizer que a gente não tem. A gente tem. (Enéias, Comunidade Resina/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

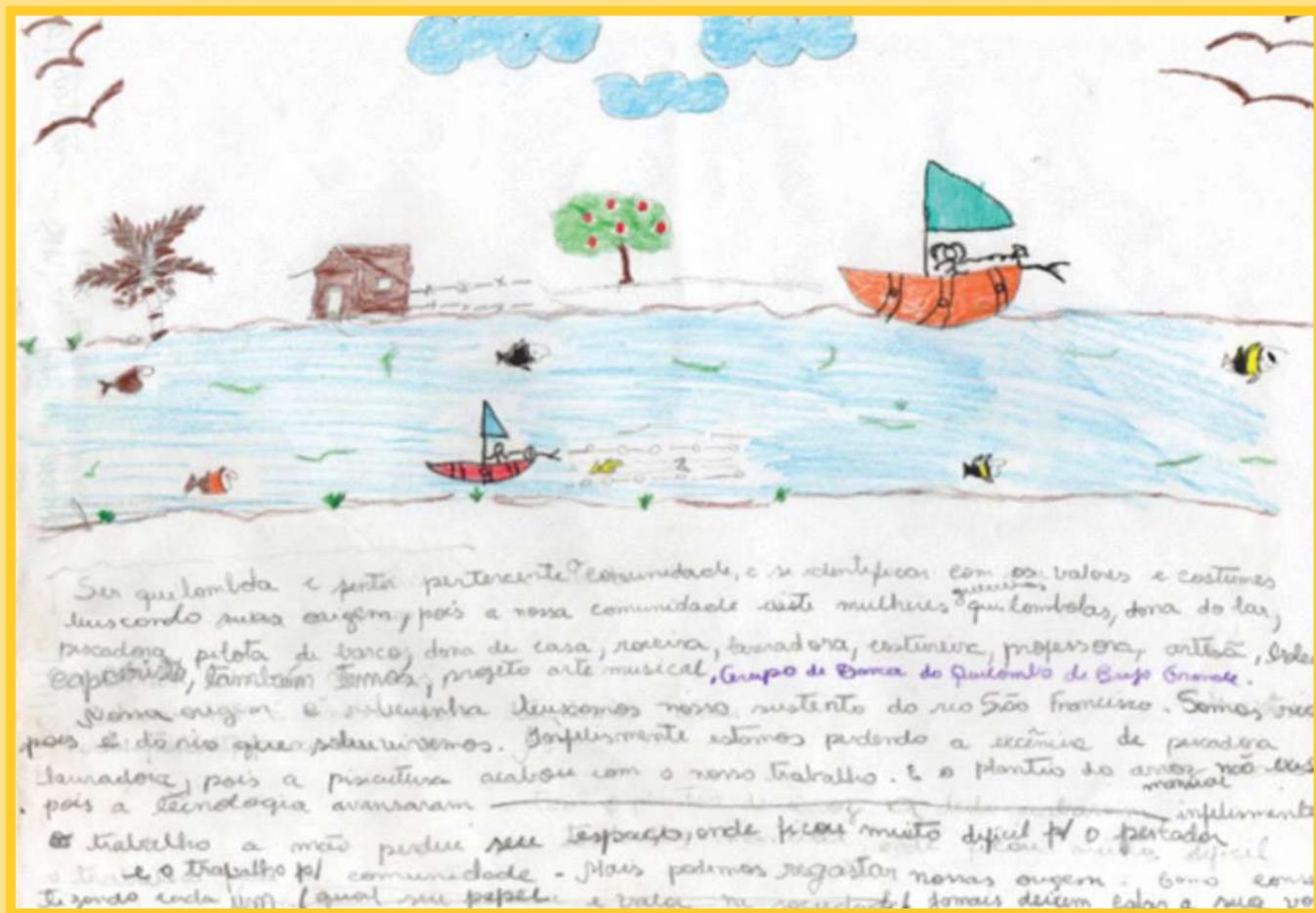
8. COMO A LEGISLAÇÃO PROTEGE OS POVOS TRADICIONAIS E SEUS TERRITÓRIOS

Considerando que nós quilombolas nunca possuímos as garantias jurídicas em relação à propriedade das terras que a gente ocupava, tivemos que lutar muito para permanecer no território, garantir a sobrevivência e o nosso modo de vida. A primeira **Lei de Terra** do Brasil excluía os africanos e descendentes da categoria de brasileiros, o que impediu a aquisição e a posse de terra por parte dos negros durante muitos anos. Também não havia políticas de inclusão, em um processo violento de embranquecimento da sociedade, intensificando as desigualdades raciais em todos os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Somente com a **Constituição de 1988** houve o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes quilombolas e de suas formas de organizações. De acordo com o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Em 2003, o decreto nº 4.887 garantiu, além da posse de terras, uma melhor qualidade de vida aos quilombolas, acesso a serviços essenciais como educação, saúde, saneamento, plano de etno-desenvolvimento, regulamentação da titulação das terras e o reconhecimento do direito de auto-atribuição.

O **Decreto nº 6.040 de 2007**, que institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, reconhece, ao mesmo tempo: os Povos culturalmente diferenciados, formas de organização; territórios como espaço de existência social, econômica, cultural e ancestral; manutenção das tradições; garante o trabalho e assegura a continuidade da comunidade.



Quanto à proteção da integridade territorial, faz parte da **Política Nacional do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Meio Ambiental (CONAMA), Lei nº 6.983/81**: a obrigação de preservar e restaurar os recursos ambientais, garantindo uma utilização racional e permanente do território, contribuindo assim para o equilíbrio ecológico propício à vida, tendo como um dos seus princípios constituintes a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Para além das garantias da Condição de Quilombo e as políticas públicas de Direitos Sociais e Territoriais, a **Constituição Federal de 1988** ainda garante no Art. 225: Que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A **Lei nº 13.123**, de 2015 dispõe sobre o acesso ao **Patrimônio Genético**: Sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

A **Convenção sobre Diversidade Biológica (1992)**, que é uma legislação internacional, a qual o Brasil também assinou, têm como principais objetivos: A conservação da biodiversidade, a utilização sustentável, justa e equitativa, dos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, ao acesso adequado aos recursos genéticos e da transferência de tecnologia. Aqui nessa lei, nossos saberes estão garantidos.

Em Sergipe, a **Lei 2.435/83**, com redação dada pela Lei 6.426/08, protege os territórios de serem apropriados por terceiros. Os Territórios são criados como Reservas, sendo obrigatória a sua preservação e de seus recursos, por meio da titulação do Território Quilombola. Ainda em Sergipe, em 2020, foi criado o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), que assegura uma cadeira para representantes do segmento Quilombola com a finalidade de deliberar sobre as políticas afirmativas de direitos.

É necessário reafirmar que a **Convenção 169 da OIT**, do qual o Brasil é signatário, é a principal legislação internacional que trata sobre os Povos e Comunidades Tradicionais. Nela está garantido nosso direito: a auto-identificação (Art.1); a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé (Art.6 e 7); e a propriedade e posse de nossas terras ocupadas tradicionalmente (Art.13 e 14), assim como dos recursos naturais nele existentes (Art.15).

Existem outras tantas normas jurídicas internacionais, nacionais e estadual que nos amparam, sobretudo, por compreenderem que nós, Povos e Comunidades Tradicionais, somos os Guardiões da Natureza.

Para a efetivação de nossos direitos, este Protocolo de Consulta é mais um instrumento garantidor. Nós Quilombolas precisamos lutar através de nossa resistência e organização, pois essas leis precisam valer, inclusive ampliando direitos que ainda nem chegaram, como o Direito da Natureza como sujeito.

9. DEVEMOS SER CONSULTADOS

Devemos ser consultados sobre quaisquer atos que envolvam as comunidades. Qualquer instituição que venha de fora - universidades e instituições de pesquisa, organizações sociais e não-governamentais devem nos procurar para consultar sobre suas intenções em nosso território. Nestes casos, estabelecemos que é nosso Conselho que deve ser consultado primeiro, observando nosso regimento. Se algo comprometer nossos princípios terá que passar por todo o processo de consulta, estabelecido neste protocolo.

Além disso, devemos ser consultados quando houver qualquer tomada de decisões dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e do poder legislativo (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional). Construção de obras dentro do território ou em seu entorno, novas leis, mudanças nos órgãos que trabalham conosco e formulação de políticas públicas que nos dizem respeito são exemplos de decisões que só devem ser tomadas após consulta. Empresas privadas ou públicas devem respeitar nosso direito de ser consultado se atuarem em questões ou proporem projetos que comprometam nossos princípios e afetem, direta ou indiretamente, nosso território e nossos modos de vida.

Nossas comunidades deverão ser consultadas não apenas sobre a realização ou não de determinado proposta, mas também sobre as formas de execução e possíveis medidas compensatórias ou mitigatórias. Nós decidiremos quem serão os realizadores da consulta e quando a consulta deverá ser conduzida pelo Estado Brasileiro, considerando que é o Estado quem nos certificou como Quilombola e, portanto, deve respeitar as legislações que garantem nossa soberania e autodeterminação sobre nossos territórios:

*É o Estado que libera quando vem um empreendimento desse, como a Exxon Mobil... quem foi que liberou? Foi o Estado. Então, o Estado não consultou quem estava aqui. Já existe gente aqui, morando aqui, vivendo aqui e defendendo esse território e ele não veio conversar com a gente, simplesmente liberou. Então é o Estado que a gente tem que chamar. É o Estado que tem que nos ouvir, antes dele liberar um empreendimento.
(Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros/
Território Quilombola Brejão dos Negros)*



Queremos fazer valer o Artigo 6º da Convenção 169 da OIT: “1. ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; Ainda diz que o Estado tem que nos garantir meios para participarmos livremente, assegurando as nossas próprias decisões e ainda, nos disponibilizando os recursos necessários para estas consultas.

10. QUEM DEVE SER CONSULTADO EM NOSSO TERRITÓRIO

Os assuntos internos de nossas comunidades são refletidos e decididos dentro das nossas estruturas. Tem assuntos que cada associação é quem resolve, conforme seu regimento interno, outros é o coletivo das nossas estruturas que solucionam, como Conselho das coordenações e Assembleia Geral. Toda e qualquer tomada de decisão de nossa parte deve levar em consideração, também, a opinião dos anciões, das nossas crianças, jovens, lideranças, nossos movimentos e fóruns próprios de atuação. Contudo, em se tratando de grandes decisões que comprometam nossos territórios, através de medidas públicas ou privadas que mexam com nossos princípios, o processo tem que ser minucioso, detalhado. A consulta tem que se dar com todas as instâncias de nossas comunidades. A Consulta livre, prévia, informada e de boa fé tem que respeitar nosso tempo e o conjunto de nossas comunidades, conforme os critérios estabelecidos neste Protocolo.

Queremos fazer valer o que está na Convenção 169 da OIT no Artigo 7º: 1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente.

11. O JEITO COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS

Nos termos deste Protocolo de Consulta deve constar processos de escuta com reuniões junto ao conjunto das COMUNIDADES:

- Nossos mais velhos/ anciões que tem a experiência e a memória da luta;
- Nossas crianças e juventude que tem um modo próprio de ver as coisas;
- As mulheres que podem dividir suas experiências e informações;
- Os nossos estudantes que têm muitas informações;
- Nossas Associações através das Assembleias, sem que nenhuma tome a decisão sozinha em se tratando das questões gerais do território;
- Nosso Conselho que é quem repassa as informações e reúne o povo.

Etapas do processo:

- Contactar o Conselho do Território Quilombola Brejão dos Negros, protocolando o ofício em mãos, no qual explica-se o assunto de forma prévia e agenda-se uma reunião presencial, a partir da disponibilidade de seus membros;
- O proponente deverá se reunir com o Conselho para apresentar todos as informações técnicas do projeto de maneira impressa e digital, assim como medidas administrativas e/ou legislativas que pretendam realizar e coordenadas geográficas, shapefile etc;
- Após a reunião, o Conselho construirá um calendário do Processo de Consulta, respeitando os períodos que podemos ser consultados e garantindo o entendimento e escuta de todos os grupos acima mencionados. Esse calendário será enviado ao proponente e demais órgãos relevantes;
- O Conselho definirá em quais etapas da consulta haverá o acompanhamento do proponente e dos órgãos públicos e em quais os encontros serão fechados apenas aos membros do território.
- Após termos cumprido com o calendário proposto, respeitando nosso tempo de apropriação do conteúdo e de tomada de decisão, informaremos por ofício, ao proponente e aos órgãos públicos, nossa deliberação sobre a proposta, que poderá: 1. Dar consentimento à proposta; 2. Vetá-la, o que deverá ser respeitado; ou 3. Alterá-la e corrigi-la, propondo acréscimos e substituições.

Somos nós que decidimos os parceiros e órgãos públicos que podemos envolver nas discussões, assim como técnicos de nossa confiança e outras instituições parceiras que possam nos assessorar.



TODA E QUALQUER DECISÃO DEVE SER TOMADA COLETIVAMENTE.

O Que Entendemos Como Consulta Livre

A consulta é livre quando não nos pressiona e nem nos ameaça para tomar uma decisão. Respeita aquilo que somos, a forma como nos organizamos e pensamos e, principalmente, RESPEITA o nosso tempo e a NOSSA DECISÃO.

A gente tem que ter a liberdade de escolher se aquilo vai ser bom ou não. Porque, às vezes, eles dizem “ah, mas vocês vão ganhar isso, ah você vai ganhar aquilo” aí já é uma pressão, entendeu? Então, eles precisam nos deixar à vontade. A decisão é nossa! (Maria Izaltina, Comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

O Que Entendemos Por Consulta Prévia

A Consulta é prévia quando acontece ANTES do projeto ser criado. ANTES de qualquer acordo ser firmado. ANTES da implementação.

Antes deles começarem o empreendimento, eles têm que vir consultar a comunidade, como é que a comunidade vê isso aí. Se aceita ou não, se tem alguma sugestão antes de acontecer, de implementar. (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros)

É antes de qualquer coisa, antes de projetar o projeto. Não venha lá cá com o negócio pronto. (Hugo, Comunidade Carapitanga/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

O Que Entendemos Por Consulta Informada

A Consulta será considerada informada se tiver todas as informações detalhadas por escrito e em linguagem acessível e popular, valendo-se de meios didáticos diversos para que TODOS os membros do Quilombo Brejão dos Negros consigam compreender.

É aquela que a gente sabe todos os detalhes do empreendimento para que a gente saiba realmente com o que tá lidando (Magno, Comunidade Santa Cruz/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

Ter algo documentado por escrito, porque de boca, na verdade, não resolve. (Bomfim, Comunidade Santa Cruz/ Território Quilombola Brejão dos Negros)

Que ela viesse com um bom esclarecimento, para que a comunidade entenda né? E não com aquela historinha que a gente não entende e, às vezes, damos um sim, sem compreender o prejuízo que vai nos causar futuramente. Então que eles venham com proposta aberta e bem esclarecida. Os termos técnicos dificultam e muito, porque a gente não tem esse conhecimento. (Dodora, Comunidade Brejo Grande/ Território Quilombola Brejão dos Negros)



A CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA NÃO É AUDIÊNCIA PÚBLICA

Quando se tratar especificamente do nosso território, a gente precisa ser consultado do nosso jeito. A gente não se sente consultado ali, numa audiência pública. (...)

A Exxon Mobil fez aquela audiência pública virtual, na pandemia, onde a gente não aceitou participar, porque não dava para ser ouvido ali. A audiência pública atropela o nosso processo. Muito menos virtual, pela forma que eles queriam fazer, passar noite adentro no telão, você não tinha nem espaço de dizer nada (Enéias, Comunidade Resina/Território Quilombola Brejão dos Negros)

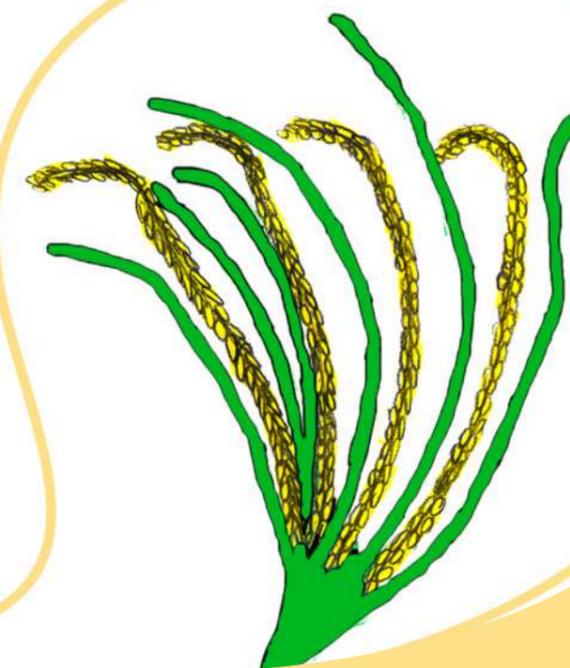


Pescadores Artesanais da Comunidade de Resina

12. PERÍODO QUE PODEMOS SER CONSULTADOS

Nós vivemos da pesca e da roça, por isso nossa organização do tempo dialoga com a dinâmica da natureza. Nesse sentido, no inverno, só podemos ser consultados na Maré Morta, pois é o tempo em que não pescamos a carapeba, fonte de renda do nosso povo. Já no verão, deveremos ser consultados na Maré Grande, período em que não há pesca de pilombetas.

Já na roça precisaremos respeitar o tempo da preparação da terra, plantio e colheita que vai de meados de março até o final de novembro. Nesse período, precisamos dividir os tempos de reuniões com nosso trabalho na terra.



FESTAS IMPORTANTES:

03/05

*Tríduo de Santa Cruz, padroeira da Comunidade de Santa Cruz
Aniversário da Associação da Resina*

16/07

Nossa Senhora do Carmo, padroeira da Comunidade de Carapitanga

15/08

Nossa Senhora do Bom Parto

20/09

Santo André, padroeiro da Comunidade de Resina

Mês de Novembro todo

*Festa da Consciência Negra
Nossa Senhora do Patrocínio, padroeira da Comunidade de Brejão dos Negros*

08/12

Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Comunidade de Brejo Grande.

13/12

Nossa Senhora de Santa Luzia

O que pega é isso: o órgão “só posso dia tal”. Aí quer dizer, a gente deixa o nosso trabalho, a gente deixa nosso ganha pão do dia a dia para a gente atender a necessidade né? Esse anseio do órgão fora, na verdade. Sendo que eles que poderiam vir fazer quando a gente determinar. O dia que a gente pode é sábado? É um sábado que vocês se virem para vir fazer. Porque é chato, a gente não quer deixar nosso trabalho, eles estão trabalhando, nós não. Nós deixamos o nosso trabalho, às vezes, para ouvir uma balela, uma conversa à toa, que não vai render para gente (...) e na verdade não é o que o protocolo nos diz (**Bomfim - Comunidade Santa Cruz**).

13. QUEM DEVE ARCAR COM OS CUSTOS DA CONSULTA

A consulta antecede qualquer medida administrativa ou legislativa, de modo que a elaboração interna do plano de consulta, com etapa informativa de abertura, contendo atividades, cronogramas, custos, internalização e socialização deve estar de acordo com os termos deste Protocolo. De modo que todos os custos deverão ser cobertos pelo governo e/ou poderes legislativos, conforme a Convenção 169 da OIT.

14. QUEM ORGANIZA E COORDENA AS REUNIÕES

Nosso Conselho de Coordenações é quem repassa as informações e reúne o povo.

TODO O CONTEÚDO DESTES PROTOCOLOS, DESDE A AUTOIDENTIFICAÇÃO, O MODO DE VIDA, A NOSSA HISTÓRIA, NOSSOS PRINCÍPIOS, NOSSA ORGANIZAÇÃO E NOSSO TERRITÓRIO DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO.





EXPEDIENTE

Realização:

Território Quilombola Brejão dos Negros: Comunidade Quilombo de Resina, Comunidade Quilombola Santa Cruz, Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, Comunidade Quilombola de Carapitanga e Comunidade Quilombola Brejo Grande.

Equipe de Pesquisa e Assessoria:

Alzení de Freitas Tomáz (Sociedade Brasileira de Ecologia Humana/ Nova Cartografia Social do Brasil Projeto Quilombos), André Luís Oliveira Pereira de Souza (Sociedade Brasileira de Ecologia Humana/ Nova Cartografia Social do Brasil Projeto Quilombos), Gabriela Murua (Pós-Doutoranda em Geografia PPGE/UFS).

Equipe de apoio:

Pe. Isaias Nascimento, Bruno Nascimento, Yule Neves, Eraldo da Silva Ramos Filho, Rogerio Sebastião Ferreira Santos, Mauro Luiz Cibulski, Kemili Rodrigues, Iris Brito, Thiago Neumann, Luiz Gustavo Nóia Araújo, Luiz Felipe Bezerra dos Santos

Revisão:

Comunidades Quilombolas do Território Brejão dos Negros

Projeto gráfico e diagramação:

Gilmar Santos

Fotos do protocolo:

André Luís Oliveira Pereira de Souza, Arquivo Nova Cartografia Social do São Francisco, Coletivo de Juventude, João Zinclar, Gabriela Murua, Kemili Rodrigues, Foco Filmes.

Iconografias/Desenhos:

Comunidades Quilombolas de Brejão dos Negros

Etnomapas:

Croqui das Comunidades Quilombola de Brejão dos Negros

Mapa Geral:

Alzení de Freitas Tomáz, André Luís Oliveira Pereira de Souza.

2023

Realização:



Apoio:



